



# A “VONTADE COLETIVA” COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO DE GÊNERO: Uma Proposta de Diálogo Entre Gramsci e Connell

[Artigo]

Tharleton Luis  
de Castro Santos

## Sobre o autor:

Tharleton Luis de Castro Santos é Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito/FAD, da Universidade do Estado do Rio Grande Norte/UERN, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais – PPGS-SDS, Vinculado a Faculdade de Serviço Social/FASSO, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN.

# A “VONTADE COLETIVA” COMO INSTRUMENTO EMANCIPATÓRIO DE GÊNERO: Uma Proposta de Diálogo Entre Gramsci e Connell

## THE “COLLECTIVE WILL” AS A GENDER EMANCIPATORY INSTRUMENT: A Proposal For Dialogue Between Gramsci And Connell

Tharleton Luis de Castro Santos

### RESUMO

O objetivo deste artigo é promover um diálogo entre Gramsci e Raewyn Connell. Ele apresenta estratégias práticas para viabilizar a emancipação do proletariado e fragilizar o poder hegemônico burguês. Connell propõe a ruptura com o cispatriarcado e respectiva masculinidade hegemônica em busca de um modelo harmônico no universo dos gêneros. A partir do raciocínio dedutivo, do materialismo histórico-dialético, de pesquisas bibliográficas e da abordagem qualitativa, o ensaio conclui que o diálogo entre Gramsci e Connell se potencializa na defesa da organização e da mobilização coletiva, bem assim da educação.

**Palavras-chave:** Gramsci; hegemonia; masculinidades; feminismo.

### ABSTRACT

The objective of this article is to foster a dialogue between Gramsci and Raewyn Connell. He presents practical strategies to enable the emancipation of the proletariat and weaken bourgeois hegemonic power. Connell proposes a break with cispatriarchy and its respective hegemonic masculinity in search of a harmonious model in the universe of genders. Through deductive reasoning, historical-dialectical materialism, bibliographic research, and a qualitative approach, the essay concludes that the dialogue between Gramsci and Connell is potentiated in the defense of organization and collective mobilization, as well as education.

**Key-words:** Gramsci; hegemony; masculinities; feminism.

## 1. INTRODUÇÃO

Para uma proposta de diálogo entre categorias de Gramsci e de Connell, partimos da percepção de que esta se apodera dos conceitos trazidos igualmente por aquele, especificamente o de “hegemonia”, para explicar as interações entre os diversos padrões de gênero existentes na sociedade. Nele, para a emancipação do proletariado face à hegemonia burguesa. Nela, para a reforma

DATA DE SUBMISSÃO: 15/11/2023  
DATA DE APROVAÇÃO: 14/12/2023

das masculinidades hegemônicas na direção de um padrão mais harmônico no seio das expressões de gênero.

Para tanto, escolhemos como referencial a obra “Maquiavel, A política e Estado Moderno”, que, embora se volte à práxis da revolução, inclusive em muitos momentos em aspectos militares, acreditamos fornecer elementos úteis à desestabilização do modelo hegemônico de masculinidade.

Aqui, como um exercício de tentar replicar os estudos de Connell, buscamos, ainda que de maneira breve, observar quais são as estratégias possíveis para as reformas das masculinidades hegemônicas na luta por um padrão não opressor, que conviva em harmonia com as demais expressões de gênero. Todavia, não é um exercício de futurologia, nem tampouco uma cartilha, mas sim de previsão, uma possibilidade.

Qual o passado que se deve “ver bem”, ao analisar o processo de estabelecimento da masculinidade hegemônica brasileira? Por onde começar? Gramsci, no entanto, já nos dá uma pista de qual caminho seguir. Esta reforma passa pela abolição de toda estrutura econômica vigente no capitalismo.

Se a reforma passa pelo mundo econômico, é fato que sua construção também encontra ali suas bases. No Brasil, tal realidade não é diferente. A masculinidade dominadora que exerce a hegemonia é aquela branca, burguesa e heterossexual.

Sendo assim, para transformar essa realidade, urge fomentar uma nova visão de mundo, que venha a suplantar a concepção do cispatriarcado. Por isso, propomos a necessidade de se fomentar a vontade coletiva como base material para revolução, através do estabelecimento de uma nova visão de mundo, mediante uma reforma intelectual e moral, e da organização, mobilização e educação dos setores oprimidos. Nesse sentido, para que haja a reforma das masculinidades hegemônicas, é necessário aproveitar os espaços deixados pelas constantes disputas entre elas para inserir a “nova masculinidade”, com um viés emancipatório e libertador, construído pela ótica da crítica feminista.

É nesse ponto que podemos evocar Gramsci na tentativa de compreender esse fenômeno. Nossa proposta consiste, então, numa análise dos pensamentos de Gramsci e Connell, aproximando a metodologia da práxis apresentada por Gramsci na obra “*Maquiavel, A Política e O Estado Moderno*”, da teoria das masculinidades de Raewyn Connell, o que é feito a partir do raciocínio dedutivo, de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa.

## **2. A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA EM RAEWYN CONNELL**

Ao adentrar no estudo sobre masculinidades, é importante entender onde essa teoria se situa epistemologicamente. Diversas áreas do conhecimento

ofertaram suas contribuições a respeito da temática. No entanto, é dentro das ciências sociais, e, afunilando-se mais, dentro dos Estudos de Gênero, o local onde se encontram as melhores técnicas e os instrumentos mais adequados para realizar esta análise, pois foram através dos Estudos de Gênero que se fomentou o debate sobre quais os papéis do masculino e do feminino dentro da sociedade.

Assim, é indispensável, mesmo que brevemente, entender a definição de gênero trazida por Connell, antes de se engajar no estudo da sua Teoria das Masculinidades:

Questões de gênero dizem respeito tanto aos homens quanto às mulheres. Hoje, há uma extensa gama de pesquisas sobre masculinidades, paternidade, movimentos de homens, violência entre homens, educação dos meninos, saúde dos homens e seu envolvimento na construção da igualdade de gênero. Nós entrelaçamos esse conhecimento no quadro geral sobre o gênero (Connell; Pearse, 2015, p. 26).

Os conceitos de Gênero vão além do estático e arcaico binarismo de macho e fêmea, encontrados outrora na biologia e nas ciências naturais. Ao voltar um olhar mais dedicado para este objeto, constata-se que os conceitos de gênero estão eivados de uma carga histórica e política, e, portanto, passíveis de alterações em suas definições ao decorrer do tempo (Connell, 2003). A parte positiva do conceito de Gênero ter carga histórica é poder sonhar com a mudança para um panorama positivo. No entanto, não se pode olvidar que as classes dominantes podem e, costumam, se aproveitar dessa característica de constante mudança para permanecer no poder.

Dialogando com Marx e Engels “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante (Marx; Engels, p. 47). Nesse sentido, afirma-se que é a partir da universalização do ideal masculino, que a masculinidade hegemônica estabelece sua perenidade, atuando, portanto, desta mesma forma enviesada no âmbito científico. Portanto, é natural que a classe dominante realize suas próprias considerações sobre gênero<sup>6</sup>.

Assim sendo, antes da insurgência do pensamento feminista, qualquer reflexão feita sobre o homem, decorria do interesse patriarcal. Aliás, nas palavras de Beauvoir:

6 Connell diz:“(...) As metáforas que guiam a investigação científica, a impessoalidade de seu discurso, as estruturas de poder e comunicação da ciência, a reprodução da sua cultura interna, todas elas, surgem da posição social de homens dominantes em um mundo estruturado que toma como base o gênero. O domínio das ciências nas discursões sobre masculinidade refletem então a posição da própria masculinidade (ou de masculinidades específicas) nas relações sociais de gênero.” (Connell, 2003, p. 20). Significa dizer, que as reflexões acadêmicas a respeito de e gênero e masculinidade (realizadas fora do âmbito da crítica feminista), possuem como base as estruturas materiais de relações sociais de gênero existentes, e com finalidade da perpetuação deste domínio.

“Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte”, escreveu, no século XVII, Poulain de la Barre, feminista pouco conhecido. Em toda parte, e em qualquer época, os homens exibiram a satisfação que tiveram de se sentirem os reis da criação (Beauvoir, 2009, p. 22 e 23).

Hodiernamente, percebemos, com certa frequência, a existência de homens que querem se apropriar do discurso e dos estudos de gênero. Entretanto, toda produção sobre gênero que não incorpore a crítica feminista serve apenas aos interesses dominantes. Como bem versa Connell:

Então, se considerarmos que se trata de uma forma de conhecimento criada pelo mesmo poder, que é seu objeto de estudo, o que podemos esperar de uma ciência da masculinidade? Qualquer conhecimento deste tipo terá os mesmos compromissos éticos que teria uma ciência que estuda a raça e que houvera sido criada por imperialistas, ou uma ciência do capitalismo produzida por capitalistas. De fato, existem formas de discurso científico sobre a masculinidade, que capitulam aos mesmos interesses dominantes, da mesma maneira que fizeram o racismo científico e a economia neoconservadora (Connell, 2003, p. 20).

É possível afirmar que a maior parte da teoria das masculinidades advém das teorias feministas, onde se iniciaram as reflexões sobre os papéis de gênero. Inclusive, vejamos como bem sintetiza Gardiner (2005), ao falar sobre a raiz dos estudos acerca das masculinidades advirem da luta pelos direitos das mulheres e de outros grupos marginalizados e inferiorizados como a população LGBTQIA+<sup>7</sup>

Com o ressurgimento de um movimento pelos direitos das mulheres na segunda metade do século 20, várias teorias se desenvolveram para explicar as causas da dominação masculina, para corrigir suposições errôneas sobre mulheres e homens e para imaginar novos tipos de homens e mulheres em novas circunstâncias (...) Além disso, o pensamento feminista tem sido fundamental para a formação do contemporânea dos estudos de masculinidades e dos homens, nos trabalhos intelectuais e acadêmicos e nos movimentos sociais (Gardiner, 2005, p. 36).

Quando homens da chamada “nova esquerda”<sup>8</sup> tentaram se organizar para se aliar aos feminismos, fez-se necessário a delimitação do papel dos homens

7 Em toda essa história, os movimentos feministas e gay dos anos 1960 e 1970 foram cruciais. Não atingiram todos os seus objetivos políticos, mas tiveram um impacto cultural intenso. Chamaram a atenção para todo um campo da realidade humana que era até então muito pouco compreendido, criando, assim, uma demanda por conhecimento, mas também por ação. Esse foi o trampolim histórico para as atuais pesquisas sobre gênero. A prática política iniciou uma mudança profunda - que cada vez mais parece uma revolução - no conhecimento humano (Connell; Pearse, 2015, p. 44).

8 Movimento Político progressista da geração que nasceu e se criou pós-guerra, mais precisamente, aquela geração que se tornou adulta na década de 1960 a 1970. Segundo a própria Connell, ela nasceu neste período, teria se integrado a este movimento. (Adelman; Rial, 2013, p. 212)

dentro dessa luta (Connell; Messerschmidt, 2013), para não incorrer no risco da usurpação e da retomada do discurso pelos homens.

No entanto, a maior contribuição para criação de uma teoria das masculinidades como um ramo crítico do feminismo, deu-se através das feministas negras. Elas descerraram os problemas que podem surgir quando a dominação é vista unilateralmente pelo viés de gênero. Dentro dessa crítica se consolidou o entendimento de que todas as categorias de homens são universais (Connell; Messerschmidt, 2013). Vigoya (2018) vai além, ao defender não só a existência da pluralidade “masculinidades”, mas também reconhecer estrategicamente a necessidade de se estabelecerem alianças na luta contra a desigualdade. Nas palavras dela:

Enquanto a estratégia feminista branca foi separatista, a das feministas de cor tomou outro caminho, como exemplifica muito bem o Manifesto do Coletivo Rio Combahee em 1974. Nele, o “luxo do separatismo branco” é recusado em solidariedade com os homens negros, pois, como as mulheres, eles são vítimas da discriminação racial. O coletivo destacou a necessidade de construir um espaço político de alianças e luta comuns que incluía os homens racializados, para combater não somente a dominação de gênero e de classe, mas também o racismo e o heterossexismo (Vigoya, 2018, p. 51 e 52).

Desde então, com a crítica trazida pelo feminismo negro, aumentou a percepção de que, assim como o corpo de mulheres não eram algo homogêneo, também existiam homens em diferentes posições dentro do patriarcado, com certas diferenças ocasionadas pelo mesmo nexos causal. Assim sendo, alguns dos homens poderiam servir positivamente como aliados, já que o sistema de privilégios não era tão definido estático como se pensava.

Todavia, não se pode olvidar que dentro dos feminismos a ideia de homens como aliados nunca foi unânime, e algumas pensadoras defendiam ou ainda defendem a ideia de extinção ou mudança total das masculinidades, pois advogam no sentido da opressão masculina ser a primeira e mais persistente das opressões, sendo os homens vistos, portanto, como inimigos (Vigoya, 2018).

Simone Beauvoir, uma vez disse: “ninguém nasce mulher; torna-se”<sup>9</sup> (Beauvoir, 2009). Se isto é verídico, então é verdade também que não se nasce homem, torna-se. E torna-se proporcionalmente da mesma maneira que se torna mulher, em diversos graus, em diversas formas e com diversas atribuições.

9 A citação completa diz: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro”. (BEAUVOIR, 2009, p. 267). É interessante notar, que apesar da frase ter se popularizado aplicando-a ao contexto das mulheres, nas palavras seguintes a autora também traz o indicativo de que o “macho” também é uma referência estabelecida socialmente.

Isso se dá devido às mesmas condições que geram a generificação<sup>10</sup> do papel da mulher esperado socialmente, o qual era criticado por Beauvoir, gerarem também uma expectativa do papel que deve ser desempenhado pelo homem na sociedade, estabelecendo, para tanto, como fundamento e como instrumento, as masculinidades hegemônicas e opressoras.

Consequentemente, é dentro dos questionamentos dos papéis sexuais, que surgem do estudo de gênero, e fundamentalmente nessa ideia de que existem diversos homens em diversas posições no sistema patriarcal, onde se ancora a compreensão da existência de variadas masculinidades, e, portanto, do estudo delas.

O surgimento de determinada expressão masculina está, dessa forma, vinculado ao contexto social do indivíduo e aos fatores sociais que influenciaram na sua personalidade. Como Connell bem define, masculinidade é:

[...] até onde o termo pode ser definido, um local nas relações de gênero, e nas práticas pelas quais os homens e as mulheres ocupam esse espaço no gênero, e nos efeitos de certas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (Connell, 2002, p. 109)

Assim, de posse do que significa gênero e masculinidade para Connell, é o momento de adentrarmos especificamente no conceito de masculinidade hegemônica e sua relação com as demais expressões de gênero.

### **3. A MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA TEORIA DAS MASCULINIDADES**

Segundo Connell, as masculinidades que divergem das opressoras surgem das diversas relações que envolvem poder, trabalho e experiências afetivas. Mas não só nesses aspectos, como também raça, sexualidade e classe social (Connell, 2003). Esse fato da construção de gênero se relacionar conjuntamente com outras esferas é conceituado por Crenshaw como “interseccionalidade” (Crenshaw, 2002).

Diante das plurais masculinidades, temos aquelas que são denominadas hegemônicas ou dominadoras, estabelecendo, para tanto, conforme lhes forem convenientes, relações de subordinação ou de alianças. É possível afirmar que há um modelo de masculinidade para cada modelo de estrutura de gênero existente (Connell, 2003). Afinal, as

10 Trata-se do processo da atribuição de um corpo a um gênero específico dentro da dicotomia binária, verbete comumente atrelado ao pensamento de Judith Butler e suas teses sobre performatividade de Gênero.

Relações estruturadas entre masculinidades existem em todos os contextos locais; no entanto, a motivação em direção a uma versão hegemônica específica varia de acordo com o contexto local e tais versões locais de masculinidade inevitavelmente diferem entre si. A noção de Demetriou de pragmatismo dialético captura a influência recíproca das masculinidades umas sobre as outras; padrões de masculinidade hegemônica podem mudar ao incorporarem elementos de outras masculinidades (Connell e Messerschmidt, 2013, p. 264 e 265).

A hegemonia masculina é a expressão do gênero masculino que tem como objetivo a perpetuação do patriarcado e subordinação das demais expressões de gênero (Connell e Messerschmidt, 2013). Como fenômeno social, não fica satisfeita apenas por existir, pois requer o domínio ou aniquilação das demais expressões masculinas, para triunfar como modelo a ser seguido. Nesse sentido:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245).

Para a hegemonia temos sua contraparte, a subordinação. Exemplo claro disso no campo das masculinidades é a imposição da heterossexualidade para suprimir as expressões homoafetivas na sociedade. A subordinação é calcada dentro de práticas políticas e estruturais, que marginalizam, por exemplo, a vivência dos homossexuais, atuando em diversos espaços, ora mais simbólica e invisível, cerceando espaço na política, no mercado de trabalho, ora mais aparente e evidente, aplicando *bullying* e violência. Vale lembrar que essa opressão costuma existir por vincular a homoafetividade masculina às figuras femininas (Connell, 2003).

Dentro do sistema de masculinidades hegemônicas e subordinadas em Connell (2003), ainda temos duas expressões que valem destacar: a) as cúmplices, que são aqueles homens que não conseguem reclamar para si a hegemonia, mas tiram vantagem da sua existência; e b) as masculinidades marginalizadas, que figuram nas combinações dos fatores de raça e classe.

O reconhecimento de que existe uma pluralidade significativa de masculinidades cria-nos um cenário animador. A conscientização de que poucos homens estão de fato na posição hegemônica podem contribuir para o aumento do número de adeptos deste modelo. Tudo se baseando no fato de que justamente as masculinidades podem vir a se canibalizar na disputa deste poder.

É possível sonhar, então, com uma nova masculinidade, que não seja nociva, mas benéfica. Esse é, na verdade, um ponto diferencial na teoria de Connell. Denunciar a opressão protagonizada pelos homens já foi feito desde a origem dos feminismos. No entanto, uma proposta interessante de mudança com o engajamento dos homens consta de sua teoria. Nas palavras de Connell e Messerschmidt:

[...] as masculinidades hegemônicas passaram a existir em circunstâncias específicas e eram abertas à mudança histórica. Mais precisamente, poderia existir uma luta por hegemonia e formas anteriores de masculinidades poderiam ser substituídas por novas. Esse foi um elemento de otimismo numa teoria de outra forma bastante sombria. Talvez fosse possível que uma maneira de ser homem mais humana, menos opressiva, pudesse se tornar hegemônica como parte de um processo que levaria à abolição das hierarquias de gênero (Connell; Messerschmidt, 2013 p. 245).

Vale ressaltar que o cunho da teoria não é apenas o reconhecimento dos pontos em que o patriarcado é prejudicial aos homens. Isto é rechaçado. Trata-se da conscientização para a construção de um novo padrão hegemônico de masculinidade, que busque as fontes feministas, que colabore com o movimento, recebendo os bônus destas conquistas, mas arcando também com os ônus.

Ainda assim, certos homens buscam se apropriar do estudo das masculinidades, visando apenas os benefícios que elas poderiam trazer para si, sem ter real intenção de reforma. Se for lançado um olhar superficial sobre essa conduta, podemos equivocadamente pensar que esta crítica ao patriarcado, feita por esse modelo de homem, é aliada aos feminismos. Entretanto este tipo de expressão masculina, na verdade em nada busca um progresso ou um avanço feminista, mas na realidade intenta encontrar um posicionamento favorável dentro do sistema de expressão. Neste sentido, afirma Connell:

As vantagens econômicas, sugerem que a maioria dos homens só está interessada de maneira limitada na reforma. (...) Para o feminismo, a libertação dos homens tem sido frequentemente vista como uma forma pela qual os homens extraem os benefícios do feminismo sem renunciar os seus privilégios básicos; em outras palavras, que se trata da modernização do patriarcado e não de um ataque a ele (Connell, 2002, p. 68 e 69).

Apesar dessa ressalva, o movimento feminista, em geral, observa de forma positiva o progresso alcançado pelos homens quando realizado de forma honesta e bem-intencionada. Reconhecer essas figuras, porém, leva-nos a um ponto interessante: a masculinidade muda conforme o local geográfico, social e histórico. E esse processo possui um cunho político e se relaciona diretamente com as estruturas de poder (Connell, 2003).

#### 4. A VONTADE COLETIVA COMO INSTRUMENTO DE COMBATE ÀS MASCULINIDADES HEGEMÔNICAS

Não é de hoje que indivíduos de diversos grupos inseridos nas variadas expressões de gênero femininas, masculinas e não-binárias já têm consciência da necessidade da abolição da masculinidade hegemônica e da sociedade patriarcal. Como, então, transformar esse potencial revolucionário em algo tangível? Para Gramsci, analisando situações análogas, esse papel era do príncipe moderno.

Na concepção de Gramsci (1989), o príncipe moderno não seria um ente, mas um coletivo, o “partido político”. Seria esse organismo coletivo, dotado de capacidade para realizar uma reforma intelectual e moral, com caráter propagandista e organizado. Nas palavras dele:

O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. Este organismo já é determinado pelo desenvolvimento histórico, é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (Gramsci, 1989, p. 6)

Outrora, para Gramsci era o partido político. Hoje, para nós não se faz aqui uma proposta direta de criação de um partido feminista, embora a ideia não seja inútil ou ruim. Mas, surge a necessidade de unidade de sujeitos na luta contra o inimigo comum. Assim, ao invés de pulverizar os interesses e os movimentos em defesa da causa LGBT e da causa feminista, por exemplo, é preciso atentar, em verdade, para o patriarcado, fator gerador de opressão desses dois grupos, que ora se interseccionam.

Entendendo que o partido político, ou a organização coletiva que aqui se propõe como seu equivalente, é a ferramenta capaz de conseguir coadunar a vontade dispersa de um povo em prol de uma revolução, vincula-se a necessidade de sua existência a uma condição de preexistência de uma vontade coletiva dispersa, surgindo então o questionamento, de como preparar o terreno para sua germinação.

Quando falamos em masculinidades hegemônicas, estamos a nos referir a relações de força. Uma sociedade é mais ou menos patriarcal, na medida em que a masculinidade hegemônica consegue exercer mais ou menos poder sobre as demais expressões de gênero. Mas, como se dá essa dominação de um grupo sobre os demais? Gramsci explica:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários que visa a ‘liquidar’ ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás,

deve mesmo ser dirigente, já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e, mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente' (Gramsci, 2007, p. 2010- 2011 apud Silva).

No entanto, não podemos sonhar com uma dissolução de uma sociedade patriarcal, sem imaginar a construção das bases materiais de uma outra, que virá a suplantá-la. Faz-se imperioso fomentar as novas relações que virão a ocupar esse espaço. Nesse sentido, Gramsci aponta dois princípios:

1) o de que nenhuma sociedade assume encargos para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes de desenvolver e completar todas as formas de vida implícitas nas suas relações (Gramsci, p. 45, 1989).

Portanto, a fim de romper com o patriarcado, faz-se necessário um estado de vigilância constante. Não se pode ceder espaço político, nem permitir retrocesso de direitos, e simultaneamente, avançar nesses campos dentro do possível. Para tanto, a organização deve ser mantida constantemente, para que quando houver crise desse poder, a ação seja efetiva e o foco nas debilidades da hegemonia seja assertivo. Pode parecer algo óbvio e evidente, no entanto é um dispêndio mais árduo que parece. Assim, no que tange às relações de força, temos:

Mas a observação mais importante a ser feita a propósito de qualquer análise concreta das relações de força, é esta: tais análises não se encerram em si mesmas (a menos que não se escreva um capítulo da história do passado), mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas indicam quais são os pontos débeis de resistência onde a força da vontade pode ser aplicada mais frutiferamente, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será melhor compreendida pelas multidões, etc. O elemento decisivo de cada situação é a força permanente organizada e antecipadamente predisposta, que se pode fazer avançar quando se manifestar uma situação favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e esteja carregada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em cuidar sistemática e pacientemente da formação, do desenvolvimento, da unidade compacta e consciente de si mesma, desta força (Gramsci, p. 54, 1989).

Compreendendo essa urgente necessidade de organização, para aproveitamento eficaz da energia transformadora em potencial, deparamo-nos com a figura do intelectual orgânico. Gramsci percebeu a figura de intelectuais orgânicos na burguesia, em que, no contexto da Itália fascista, destacavam-se Gentile, Croce e o próprio Mussolini. E para combater essa ideologia, fazia-se

necessária a figura de intelectuais orgânicos do proletariado (Martins, 2011). Aqui, anotamos a necessidade da presença de intelectuais orgânicos com viés antipatriarcal. Nas palavras de Martins (2011), esse “novo” intelectual se define nesse sentido:

Diferentemente dos intelectuais orgânicos à burguesia, os intelectuais orgânicos ao proletariado deveriam organizar as classes subalternas para o processo de luta pela libertação das condições de exploradas economicamente e dirigidas ético politicamente, o que exigiria a construção de um novo bloco histórico, orientado pelos interesses e pelas necessidades das classes dominadas e dirigidas, que na Itália se encontravam divididas econômica e ideologicamente entre Norte e Sul, um problema amplamente debatido por Gramsci (Martins, 2011, p. 139).

Para isso, a educação tem um papel relevante, por se revelar num instrumento fundamental de luta em busca da libertação face ao patriarcado, haja visto que as classes dominantes educam as classes oprimidas para permanecerem na sua condição subalterna. Como bem explica Martins (2011), a responsabilidade dos intelectuais orgânicos se dá da seguinte forma:

Então, a responsabilidade dos intelectuais orgânicos às classes subalternas é objetiva e subjetiva: dedicar-se à construção de um tipo de formação social igualitária sob o ponto de vista das condições econômicas, sociais, políticas e culturais, porque o que caracteriza tal realidade é a liberdade, a autocriação humana, e não a dominação e a direção de um grupo social sobre os demais, que resultou historicamente na exploração econômica e na alienação social de indivíduos, grupos e classes sociais (Martins, 2011, p. 143).

Far-se-ia necessário, como demonstrado, um constante trabalho de conscientização, educação, para se aproveitar os momentos de crise da hegemonia, e instaurar sua derrocada através da disseminação de uma nova visão de mundo. Fala-se, portanto, de uma educação política em convergência ao pensamento Freireano (2001), no sentido de que o educador, ao buscar o progresso, está intrinsecamente ligado à mobilização e organização:

Significa incentivar a mobilização e a organização não apenas de sua própria categoria, mas dos trabalhadores em geral como condição fundamental da luta democrática com vistas à transformação necessária e urgente da sociedade brasileira (Freire, 2001, p. 50)

Sobre a necessidade de reforma das masculinidades passar por uma mudança da visão de mundo, aponta Connell:

Uma nova política do gênero para os homens significa novos estilos de pensamento, incluindo uma disposição a não ter certezas e uma abertura para novas experiências e novas formas de efetivá-la. No dia

em que fotografias com homens carregando armas se tornarem raras e fotografias com homens empurrando carrinhos de bebê se tornarem comuns, aí saberemos que estamos realmente chegando a algum lugar (Connell, 1995, p. 205).

Essas não são as primeiras (nem serão as últimas) linhas que tentaram traçar um diálogo entre as ideias de Gramsci e as teorias críticas do feminismo. É bem verdade que a ideia de se apossar criticamente do pensamento de Paulo Freire para dialogar com os debates de gênero já foi amplamente proposta. Bell Hooks, por exemplo, falou sobre a influência e sua crítica à obra freireana (Hooks, 2013). A autora, referência do feminismo negro, endossa a tese da adoção da ideia de educação como ato político de Freire no estabelecimento de uma pedagogia feminista, e do potencial libertador e subversivo que ela possui:

Ao contrário das pensadoras feministas que fazem uma separação nítida entre o trabalho da pedagogia feminista e a obra e o pensamento de Paulo Freire, para mim essas duas experiências convergem. Profundamente comprometida com a pedagogia feminista, peguei fios das obras de Paulo e teci-os naquela versão de pedagogia feminista que acredito estar incorporada no meu trabalho de escritora e professora. Quero afirmar mais uma vez que foi a interseção do pensamento de Paulo com a pedagogia vivida dos muitos professores negros da minha meninice (mulheres em sua maioria) — que se viam cumprindo a missão libertadora de nos educar de maneira a nos preparar para resistir eficazmente ao racismo e à supremacia branca — que teve profundo impacto sobre o meu pensamento a respeito da arte e da prática de ensinar. Essas negras não defendiam abertamente o feminismo (se é que conheciam a palavra), mas o próprio fato de insistirem na excelência acadêmica e no pensamento crítico e aberto para as negras jovens era uma prática antissexista (Hooks, 2013, p. 74)

Gramsci falava de uma crise da elite dominante, mas o que significa isso no âmbito do patriarcado? Podemos estabelecer um paralelo direito com as crises das masculinidades, ou a crise do macho:

As transformações da condição masculina, marcadas pelas conquistas dos sujeitos anteriormente oprimidos, e que neutralizaram o estigma da força física e do lugar de poder do homem, provocaram o que tem sido nomeado de crise da masculinidade ou “crise do macho”. Esse novo acontecimento tem sido registrado não apenas nas pesquisas acadêmicas sobre as relações de gênero, mas também nos vários discursos do cotidiano, como em reportagens de jornais e revistas (Pires, 2009, p.2).

Tal hipótese está de acordo com a descrição de Gramsci para duas situações possíveis para ocorrências da crise, em especial a segunda: o fracasso em grande empreendimento político imposto à força às grandes massas, ou porque as

massas deixaram seu estado de inércia e passaram aparecer de forma mais atuante, realizando suas reivindicações para preparar sua revolução (Gramsci, 1989, p. 55) No contexto brasileiro, ganha destaque a segunda hipótese em vista ao avanço da conquista de direitos sexuais ocorridos nos últimos anos, seja na esfera legislativa ou judiciária.

No entanto, a própria ideia de Connell vai contra uma crise da masculinidade, tendo em vista que não há dentro do entendimento da autora uma masculinidade hegemônica específica:

Para se compreender a política da masculinidade, dois aspectos dessa historicidade são cruciais. O primeiro é o fato da luta por hegemonia. Grupos de homens lutam por domínio através da definição social da masculinidade. A posição dominante na ordem do gênero propicia vantagens materiais bem como vantagens psicológicas e isso faz com que ela tenda a ser contestada. As condições sob as quais a hegemonia pode ser sustentada estão constantemente mudando. Como consequência, um dado padrão de masculinidade hegemônica está sujeito ou a ser contestado ou a ser transformado ao longo do tempo (Connell, 1995, 191-192).

Entretanto, tal fato nos revela que ao contrário. Esse profundo caldeirão de mudanças, disputas, reajustes, demonstra que o poder hegemônico masculino está cada vez mais tensionado e forçado a se adequar, crescentemente em mais espaços, para manutenção de seu *status quo*. Não há, portanto, uma crise da masculinidade, pois assim como as masculinidades hegemônicas são plurais para cada contexto, surgem para algumas suas próprias “crises”.

Se é desesperador pensar que não é apenas uma única batalha necessária para se derrubar a masculinidade hegemônica, germina a esperança em perceber que a cada crise é uma nova oportunidade de implantar novos perfis de masculinidades que sejam harmoniosos com as demais expressões de gênero.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das estratégias práticas estabelecidas na obra de Gramsci para viabilizar a queda do poder hegemônico burguês, destaca-se a necessidade de se fomentar a vontade coletiva como potencial energético revolucionário. Nesse caso, o príncipe, enquanto partido político, ficaria responsável por direcionar e canalizar essa vontade dispersa em prol da queda da burguesia.

Para isso, no entanto, faz-se necessário que se estabeleça uma nova visão de mundo através de uma reforma intelectual e moral. Assim sendo, o papel do intelectual orgânico, como aquele indivíduo com penetração na classe oprimida, é fundamental para a educação política do rincão subalternizado, de maneira a emancipá-lo.

A essa altura, fica demonstrado o potencial de diálogo entre as categorias de Gramsci e as de Connell. Tal qual pensa o primeiro em relação à quebra da hegemonia burguesa sobre a classe proletária, para Connell somente com essas bases materiais estabelecidas, através da organização, mobilização e educação, é que podemos sonhar com a reforma das masculinidades hegemônicas para um padrão que conviva em harmonia com as demais expressões de gênero.

Paratanto, é imperioso que se aproveite os espaços deixados pelas constantes disputas entre as masculinidades hegemônicas (ou as crises das masculinidades) para que se insira a “nova masculinidade”, com um viés emancipatório e libertador, construído pela ótica da crítica feminista ao comportamento patriarcal.

## REFERÊNCIAS

ADELMAN, M.; RIAL, C. **Uma trajetória pessoal e acadêmica**: entrevista com Raewyn Connell. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, n. 1, p. 211–231, abr. 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Tradução: Sérgio Millet.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. Distrito Federal: Universidade Nacional Autónoma de México, 2003. Tradução em Espanhol de: Irene Ma. Artigas.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71725>. Acesso em: 08 out. 2023.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 241-282, abr. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2013000100014>.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015. Tradução de: Marília Moschovich.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 131-148, dez. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73072011000300010>.

PIRES, Vera Lúcia. A Crise do Macho: reflexos da relação de gênero. In: Anais 17ª COLE. Campinas: 17 COLE, p. 1-11, 2009. Disponível em: [https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais17/txtcompletos/sem16/COLE\\_1832.pdf](https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem16/COLE_1832.pdf). Acesso em: 12 out. 2023

SILVA, Deise Rosalio. Hegemonia e Educação: Teoria Para a Mudança Política . **I JOINGG - Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas Em Antonio Gramsci**, UFC - Faculdade de Educação, 23 nov. 2016 2526-6950. Disponível em: <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/HEGEMONIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-TEORIA-E-PR%C3%81TICA-PARA-MUDAN%C3%87A-POLITICA.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2023.

VIGOYA, Mara Viveiros. As Cores da Masculinidade: experiências interseccionais e práticas do poder na nossa américa. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018. Tradução de: Allyson de Andrade Perez.